

□ **ESPAÇO ABERTO**

# Programa de estabilização

**CÉSAR MAIA**

A estabilização é pré-condição de qualquer projeto econômico. Dada a gravidade da crise, abre, paradoxalmente, oportunidades, na medida em



que esta torna a sociedade mais plástica e menores as resistências. Deve ser articulado com as questões estratégicas, de forma a abrir caminho ao meio das resistências das elites cartoriais e das parcelas culturalmente atrasadas da esquadra. A quase hiperinflação brasileira não pode ser enfrentada gradualmente nem supor a funcionalidade inflacionária em outro patamar. Para tanto, o programa de estabilização deve ser implementado no primeiro dia do novo governo, quando maior é sua base política, e terá como objetivo uma deflação rápida. Além de aspectos objetivos, enfrentará a complexa reversão de expectativas. A memória inflacionária exigirá uma ação rigorosa e intransigente do governo em relação aos componentes fiscal e monetário, para ir sinalizando os custos inerentes a resistências eventuais.

Desenhamos um programa de estabilização a ser implementado em 90 dias, cuja eficiência no tempo dependerá das resistências, por um lado, e da energia e decisão na execução, por outro. É composto de quatro vetores:

1. Política fiscal — objetivo: gerar um superávit primário financeiro suficiente para o governo prescindir de crédito novo.

Medidas:

- Centralização de todos os caixas do governo, inclusive de suas instituições financeiras. Programação quinzenal de caixa, em geral.
- Antecipação de arrecadação para correção de sazonalidade.
- Equacionamento da dívida interna, com sobregarantias de liquidez.
- Correção de preços e tarifas públicos.
- Fiscalização inicial do Imposto de Renda nos mecanismos de evasão de divisas.
- Auditoria por amostragem nas compras do governo e das estatais.
- Desarticulação imediata dos mecanismos de apropriação cartorial do Estado.
- Negociação dos créditos e débitos do governo. Moralização via mercado.

i) Tornar os Estados e municípios financeiramente viáveis, com responsabilidades mútuas.

j) Oferta de condições para a formalização das obrigações fiscais.

k) Formulação de doutrina de descentralização e desregulamentação.

2. Política cambial-objetivo: tornar mais flexível o comércio exterior; renegociar a dívida externa.

Medidas:

a) Simplificar e homogeneizar o sistema tarifário.

b) Reavaliar as proteções comerciais.

c) Tornar importações mais flexíveis, com objetivos de concorrência e monetários.

d) Buscar o nível de câmbio para um comércio exterior ascendente. Antecipá-lo como referência para a estabilização.

e) Renegociar a dívida externa, com ênfase no programa de estabilização e na flexibilização externa. Adotar como restrições de travessia a desvinculação da libor e da prime, e um limite como percentual das exportações para servir anualmente à dívida.

O lançamento na frente do câmbio é básico para a introjeção da estabilidade. A flutuação cambial inicial deve ser restrita, para não agregar incertezas.

3. Política monetária-objetivo: restringir a expansão da liquidez a nível próximo ao crescimento real das atividades econômicas.

Medidas:

a) Expansão imediata de M4 próxima a zero.

b) Articulação pública dos órgãos centrais, normativos e fiscalizadores do sistema financeiro: Banco Central, CVM e IRB, que terão gestão técnica.

c) Eliminação das LFTs e retorno das LTNs e ORTNs. Supressão imediata da 'zerada'. Término da correção monetária oficial para contratos inferiores a dois anos.

d) Sobretributação dos contratos curtos, pós-fixados pelo mercado.

e) Dosagem cuidadosa do processo de monetização.

f) Ampliação horizontal da base do compulsório.

4. Política de defesa do emprego.

Medidas:

a) Seguro desemprego provisório, pago diretamente por três meses a partir do mês quarto.

b) Conscientizar que uma política de rendas convergente obstrui a recessão.

c) Voltar a dar prioridade ao gasto público para o social e o emprego.

d) Defender o salário na base da pirâmide.

■ César Maia foi secretário da Fazenda do Rio e é deputado federal pelo PDT